



**LEI Nº 10.681, de 05 de setembro de 2025**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação da lista de inscritos no programa de castração gratuita de animais, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Bem-Estar Animal, e dá outras providências.**

André Luis de Oliveira Selistre, Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, com fulcro no Art. 44, §6º da Lei Orgânica Municipal

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a divulgar, de forma pública e atualizada, a lista de inscritos para o programa de castração gratuita de animais, promovido pelo Departamento Municipal de Bem-Estar Animal, vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único. A divulgação de que trata o caput deverá ocorrer no site oficial da Prefeitura Municipal ou em seção específica dedicada ao Departamento de Bem-Estar Animal, garantindo fácil acesso aos cidadãos.

Art. 2º. A lista deverá conter, no mínimo:

I – número de protocolo ou identificação do pedido de inscrição (resguardando-se dados sensíveis do cidadão, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados);





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

- II – data da inscrição;
- III – posição do inscrito na fila de espera;
- IV – status do pedido (aguardando, aprovado, em análise, castrado, etc.);
- V – data da última atualização da lista.

Art. 3º. A ordem de atendimento deverá obedecer aos critérios previamente definidos em conjunto pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e pela Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, considerando prioritariamente a situação socioeconômica dos tutores conforme dados constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e outros critérios técnicos definidos pelas referidas secretarias.

Art. 4º. A listagem deverá ser atualizada mensalmente, com a indicação expressa da data da última atualização realizada.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 05 de setembro de 2025.

  
**Ver. André Luis de Oliveira Selistre**  
**Presidente do Legislativo Patruhense**



---

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA  
PATRULHA

---

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
LEI Nº 10.681, DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

**LEI Nº 10.681, de 05 de setembro de 2025**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação da lista de inscritos no programa de castração gratuita de animais, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Bem-Estar Animal, e dá outras providências.

André Luis de Oliveira Selistre, Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, com fulcro no Art. 44, §6º da Lei Orgânica Municipal  
FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a divulgar, de forma pública e atualizada, a lista de inscritos para o programa de castração gratuita de animais, promovido pelo Departamento Municipal de Bem-Estar Animal, vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único. A divulgação de que trata o caput deverá ocorrer no site oficial da Prefeitura Municipal ou em seção específica dedicada ao Departamento de Bem-Estar Animal, garantindo fácil acesso aos cidadãos.

Art. 2º. A lista deverá conter, no mínimo:

- I – número de protocolo ou identificação do pedido de inscrição (resguardando-se dados sensíveis do cidadão, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados);
- II – data da inscrição;
- III – posição do inscrito na fila de espera;
- IV – status do pedido (aguardando, aprovado, em análise, castrado, etc.);
- V – data da última atualização da lista.

Art. 3º. A ordem de atendimento deverá obedecer aos critérios previamente definidos em conjunto pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e pela Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, considerando prioritariamente a situação socioeconômica dos tutores conforme dados constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e outros critérios técnicos definidos pelas referidas secretarias.

Art. 4º. A listagem deverá ser atualizada mensalmente, com a indicação expressa da data da última atualização realizada.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 05 de setembro de 2025.

**VER. ANDRÉ LUIS DE OLIVEIRA SELISTRE**  
Presidente do Legislativo Patruhense

**Publicado por:**  
Rossano Policarpo Braga  
**Código Identificador:**D910E522